



Processo: nº 1.278/2001 (j).

Apenso: nº 054.001.854/2001 - PMDF.

Origem: Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF.

Assunto: Tomada de Contas Especial.

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal/PMDF para apurar o recebimento indevido de ajuda de custo por policiais militares, integrantes de missão de paz da Organização das Nações Unidas em Timor Leste, com afastamento autorizado sem ônus para o Governo do Distrito Federal.

Determinação de providências à PMDF (Decisão nº 548/2004 – fl. 91). Ausência de manifestação. Reiteração dos termos da decisão deste Tribunal (Decisão nº 1.990/2004 – fl. 99). Esclarecimentos apresentados (fls. 102/111).

Deliberação no sentido de que a Comissão de Tomada de Contas Especial recalcule o valor do prejuízo apurado e identifique o débito que cabe a cada um dos oficiais militares mencionados (Decisão nº 3.936/2004 – fl. 131).

1ª Inspeção de Controle Externo sugere ao egrégio Plenário que: a) tome conhecimento da documentação apresentada, considerando não cumprida a Decisão nº 3.936/2004; b) reitere os termos do item II.2 da referida deliberação plenária; c) preste esclarecimentos ao Jurisdicionado; e d) alerte à PMDF que a reincidência no descumprimento da diligência ensejará a aplicação da multa prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar nº 01/1994 (fls. 135/138).



Ministério Público de Contas do Distrito Federal assente com as sugestões do Corpo Técnico (fls. 141/142).

Conhecimento. Determinação ao Órgão. Reiteração de alerta acerca da possibilidade de aplicação da multa ao responsável por descumprimento de decisão plenária. Devolução do apenso à origem e dos presentes autos à 1ª ICE para os devidos fins.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal com intuito de apurar a responsabilidade pela percepção indevida de “ajuda de custo” por policiais militares daquela Corporação.

Na Sessão Ordinária nº 3.811, de 19 de fevereiro de 2004, após tomar conhecimento do resultado das apurações efetuadas pela Comissão de Tomada de Contas Especial objeto Processo nº 054.001.854/2001, este Tribunal exarou a Decisão nº 548/2004, determinando, entre outras medidas, que a PMDF enviasse informações acerca dos seguintes fatos:

“II) preliminarmente, determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe, quanto aos fatos apurados nos autos da Tomada de Contas Especial nº 054.001.854/2001: a) se os militares, durante o período em que permaneceram no exterior, foram remunerados em moeda corrente do país ou em moeda estrangeira, considerando o teor do Despacho autorizativo do Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal c/c o Parecer nº 15/2001/PROPE/PRG, juntando às informações as respectivas fichas financeiras do período em que participaram da missão; b) se ao Cap. QOBM Tarcísio Pereira de Andrade Filho Foram efetivamente pagos os valores descritos nas alíneas “e” e “f” do item III – CONCLUSÃO – do Relatório da Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial de



que tratam os autos do Processo nº 054.001.854/2001, devendo especificar, em caso afirmativo, os valores pagos e datas, acompanhados da respectiva comprovação documental; e c) se os militares que participaram da missão mudaram-se efetivamente, com família e pertences, para o Timor Leste durante o período da missão, devendo apresentar, em caso afirmativo, os comprovantes.” (fl. 91).

Transcorrido o prazo assinado, sem manifestação da PMDF, acolhendo representação da 1ª Inspeção de Controle Externo, este Tribunal proferiu a Decisão nº 1.990/2004, reiterando os termos da deliberação plenária e alertando o Comandante-Geral acerca da possibilidade de aplicação da multa prevista no inciso IV do art. 57 da Lei Complementar nº 01/1994 (fl. 99).

Em cumprimento à deliberação plenária, em relação ao item II – “a” da Decisão nº 548/2004, a Diretoria de Pessoal da PMDF informou que a remuneração dos Policiais Militares designados para Missão no Exterior é calculada como se fosse remuneração no Exterior, em dólares norte-americanos e convertidos em moeda nacional, utilizando-se como parâmetro o Parecer nº 007/PRG-DF da Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Quanto ao item II – “b”, esclareceu que o crédito das diferenças salariais foram pagas ao Major QOPM TARCÍSIO PEREIRA DE ANDRADE LIMA FILHO em 26 de dezembro de 2003, conforme consta do Processo nº 054.000.445/2003. Por fim, no que concerne ao item II – “c”, registrou que inexistia prova documental de que os Majores QOPM ROBERTO MIGUEL BULAT e ROBILSON ARAÚJO LIMA, como também o Capitão TARCÍSIO PEREIRA DE ANDRADE LIMA FILHO tenham efetivamente se mudado com seus familiares e pertences para o Timor Leste, por ocasião da Missão que desempenharam naquele país.

Após análise dos esclarecimentos apresentados, acolhendo as sugestões do Corpo Técnico e do douto Ministério Público de Contas do Distrito Federal, este Tribunal determinou, por meio da Decisão nº 3.936/2004, nova diligência à PMDF, nos termos dos Itens II.1 e II.2 a seguir arrolados:

“II.1 - seja recalculado o valor do prejuízo apontado pela Comissão de Tomada de Contas Especial, considerando os parâmetros seguintes: a) a autorização condicionada por parte do Chefe do Poder Executivo local, estabelecendo que o cumprimento da missão de paz deveria resultar sem



ônus para o Distrito Federal, à exceção dos vencimentos pagos habitualmente aos oficiais militares envolvidos; b) o entendimento firmado na Decisão nº 2.265/2004; c) as seguintes parcelas devem ser consideradas para efeito do cálculo do prejuízo ao erário distrital: c1) o valor pago a título de Ajuda de Custo; c2) a diferença dos valores pagos a título de remuneração no exterior e a remuneração que normalmente seria recebida no país; c3) as indenizações de transporte e bagagens dos próprios militares e familiares; e c4) as outras indenizações que porventura tenham sido pagas em decorrência da missão no exterior; II. 2 - seja especificado, em relação aos mencionados oficiais militares, o débito que cabe a cada um deles, discriminando a origem e a memória de cálculo das parcelas que o integram."

Em cumprimento à essa deliberação plenária, o Diretor de Pessoal da PMDF, Coronel QOPM GLENO ERVANDIL FARIA DA COSTA, por meio do Ofício nº 12976/Folha, acostado à fl. 169 do apenso, informou que:

"Atinente ao solicitado por V. S^a., quanto ao pagamento indevido de Ajuda de Custo dos Policiais Militares, Maj. QOPM ROBMILSON ARAÚJO LIMA, Mat. 50.079/8, Maj. QOPM ROBERTO MIGUEL BULAT, Mat. 50.067/4 e Maj. RR TARCISIO PEREIRA DE A FILHO, Mat. 50.092/5, Processo nº 054.001.854/2001, informo que a memória de cálculo, Informação nº 430/2001, datada de 01/10/2001, consta às folhas nº 38, 40, 42 e 44 deste processo.

No que se refere às atualizações monetárias, remeto-vos o constante do anexo, obtido junto ao site do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT"

A 1ª Inspeção de Controle Externo, por sua vez, considerou insuficientes os esclarecimentos apresentados pela PMDF, haja vista que as memórias de cálculo oferecidas já foram apreciadas e consideradas insatisfatórias por este Tribunal, em face da "ausência de informações detalhadas sobre o valor dos pagamentos efetuados no período e o valor devido de salário aos militares, discriminando mensalmente estes". Em consequência, sugeriu ao egrégio Plenário que:



"I. tome conhecimento do Ofício nº 4845/2004-CTCE/CART, considerando não cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 3936/2004;

II. reitere os termos do item II. 2 da Decisão nº 3936/2004, para cumprimento no prazo de 30 (trinta) dias, autorizando a devolução do Processo apenso nº 054.001.854/2001 à origem, com o intuito de que seja recalculado pela Comissão de TCE o valor do prejuízo causado ao erário distrital, acompanhado do seguinte esclarecimento:

1) para cada militar envolvido, deverá ser elaborada uma planilha contendo as seguintes informações, relativamente ao período em que estiveram no exterior: a) coluna 1 - mês e ano (discriminação desde o primeiro até o último mês do período em que estiveram no exterior); b) coluna 2 - valor da remuneração recebida no mês em moeda estrangeira; c) coluna 3 - cotação da moeda estrangeira na data do pagamento; d) coluna 4 - valor da remuneração no exterior em reais (produto das colunas 2 e 3); e) coluna 5 - valor da remuneração que o militar deveria receber habitualmente em reais, sem considerar qualquer vantagem especial; f) coluna 6 - diferença entre as colunas 4 e 5; g) coluna 7 - indicar, nos meses correspondentes, os montantes recebidos a título de ajuda de custo, indenizações de transporte e bagagens dos próprios militares e familiares e quaisquer outras indenizações que tenham sido pagas em decorrência da missão no exterior;

2) todos dos valores constantes das planilhas deverão estar suportados pela respectiva documentação comprobatória.

III. informar à jurisdicionada que a Decisão nº



3936/04 já continha as informações necessárias e suficientes ao atendimento da diligência requerida e que o não atendimento da mesma retarda a efetividade das decisões da Corte e gera o desperdício de meios;

IV. em consequência, alerte à PMDF que a reincidência no descumprimento da diligência acarretará aplicação de multa pessoal ao Comandante-Geral e ao Diretor de Pessoal, na forma do art. 57, VII, da Lei Complementar nº 1/94, que pode variar entre R\$ 3.760,80 e R\$ 12.536,00, consoante o disposto no art. 182, VII, do RI/TCDF."

Os autos foram, então, ao Ministério Público de Contas do Distrito Federal que, nos termos do Parecer nº 23/05-MF, da lavra da ilustre Procuradora-Geral, Dra. Márcia Farias, opinou no sentido de que o egrégio Plenário acolha as sugestões ofertadas pelo Corpo Técnico (fls. 141/142).

É o relatório.



VOTO

Com efeito, assiste razão ao Corpo Técnico e ao douto *Parquet* quando pugnam por nova diligência para que a Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF recalcule o valor do débito que cabe a cada um dos oficiais militares indicados para integrarem Missão de Paz da ONU no Timor Leste.

As memórias de cálculos constantes das fls. 38, 40, 42 e 44 do Processo nº 054.001.854/2001, em apenso, foram objeto de apreciação na Sessão Ordinária nº 3.831, de 06.05.2004. Naquela ocasião, restou demonstrado que na apuração do débito a Comissão de Tomada de Contas Especial não levou em consideração os termos do Despacho do Senhor Governador do Distrito Federal, de 20.09.1999, autorizando o afastamento dos oficiais militares sem ônus para o Governo do Distrito Federal, excetuando apenas os vencimentos que lhes deveriam ser pagos normalmente. Assim, este Tribunal, por intermédio da Decisão nº 3.936/2004, determinou a devolução dos autos à jurisdicionada a fim de que o valor do débito fosse revisto.

Por outro lado, verifico que a sugestão do Corpo Técnico tem por objetivo auxiliar os trabalhos da Comissão de Tomada de Contas Especial na apuração do valor correto do dano causado ao erário distrital, razão pela qual não faço oposição a seu acolhimento por este Tribunal.

Diante do exposto, acolhendo em parte as sugestões do Corpo Técnico e do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, **VOTO** por que este egrégio Plenário:

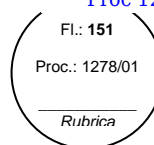
- I - tome conhecimento do Ofício nº 4845/2004-CTCE/CART, considerando não atendida a diligência constante da Decisão nº 3.936/2004;
- II - reitere à Polícia Militar do Distrito Federal os termos do item II da referida deliberação plenária, fixando o prazo de 30 (trinta)



dias para o seu efetivo cumprimento, a contar do recebimento do Processo nº 054.001.854/2001;

III - informe à PMDF, a título de subsídio, que poderá ser elaborada uma planilha contendo as seguintes informações, relativamente ao período em que cada oficial militar esteve no exterior:

- a) coluna 1 – mês e ano (discriminando desde o primeiro até o último dia da estada no exterior);
- b) coluna 2 – valor da remuneração recebida no mês em moeda estrangeira;
- c) coluna 3 – cotação da moeda estrangeira na data do pagamento;
- d) coluna 4 – valor da remuneração no exterior em reais (produto das colunas 2 e 3);
- e) coluna 5- valor da remuneração que o militar deveria receber habitualmente em reais, sem considerar qualquer vantagem especial;
- f) coluna 6 – diferença entre as colunas 4 e 5;
- g) coluna 7 – indicação, nos meses correspondentes, dos montantes recebidos a título de ajuda de custo, indenizações e transporte e bagagens dos militares e seus familiares, como também de quaisquer outras indenizações recebidas em decorrência da missão no exterior. Os valores constantes da planilha deverão estar suportados pela respectiva documentação comprobatória.



IV - alerte à PMDF que este Tribunal poderá aplicar ao responsável pelo descumprimento desta deliberação plenária a multa prevista no inciso IV do art. 57 da Lei Complementar nº 01/1994;

V - autorize a devolução do apenso ao órgão de origem e dos presentes autos à 1ª ICE para os devidos fins.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 2005.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA

Conselheiro-Relator

λμ